



É MESMO SEGURO O RETORNO ÀS AULAS?

Reflexões e cobranças do Sinteps frente ao anúncio de retorno presencial antecipado no Centro Paula Souza

Em entrevista coletiva do governo Doria em 13/7/2020, o secretário estadual de Educação, Rossieli Soares da Silva, anunciou oficialmente o que o Centro Paula Souza (Ceeteps) já vinha orientando os diretores informalmente: a volta às aulas presenciais para as disciplinas práticas antes de todos os protocolos de segurança gerais serem cumpridos. Seremos as cobaias da área da educação no estado de São Paulo.

O mais "interessante" é que, para este retorno premeditado, o Ceeteps se escora em sua autonomia, a mesma que se recusa a utilizar quando se trata de garantir os direitos dos trabalhadores, como é o caso da Evolução Funcional, ou para seguir as recomendações do Ministério Público do Trabalho (MPT) sobre o trabalho docente em tempos de pandemia, as mesmas que o Sinteps vem fazendo repetidamente desde março, quando tiveram início as medidas de isolamento social para combate à pandemia de Covid-19.

Mas, voltando ao que foi dito no início: o Centro havia se decidido muito antes por essa volta. A Diretora Superintendente, Laura Laganá, em entrevista ao site "*Cocada On*", do DCE da FATEC, em 8/7/2020, já havia antecipado todas as etapas de retorno às aulas presenciais.

Muito embora o governador fale em respeito à ciência e à saúde, para nós, trabalhadores e estudantes do Ceeteps, isso não vale nada, pois, enquanto todos os outros trabalhadores e estudantes somente voltarão às atividades presenciais com 28 dias de estabilização na fase amarela, para nós, 14 dias está bom!!!

Somos, na estratégia da quarentena do governo, balão de ensaio, cobaias. Se superarmos, muito que bem. Se não superarmos, pensam em outras estratégias para os demais.

O objetivo deste boletim é refletir sobre os vários aspectos embutidos nesta decisão, expor o que está em jogo e propor a resistência da comunidade. Leia com atenção.

As vítimas da flexibilização

Confira na página 5

O que dizem a ciência e a saúde

O comando da Organização Mundial de Saúde (OMS) foi questionado sobre o processo de reabertura das escolas, com países pelo mundo buscando equilibrar a questão da garantia do aprendizado de crianças e adolescentes com os riscos de mais contágios pela Covid-19. "De fato, algumas nações relataram surtos da doença nestes ambientes, sobretudo em crianças mais velhas", disse Maria Van Kerkove, especialista da OMS, sobre a reabertura das escolas em alguns países (*O Estado de S. Paulo*, 13/7/2020).

Na mesma entrevista, o diretor executivo da OMS, Michael Ryan, afirmou: "Se suprimirmos os vírus em nossas sociedades, em nossas comunidades, então as escolas podem abrir em segurança. Devemos tomar decisões baseadas em dados, entender os riscos".

Os dirigentes da OMS fizeram questão de lembrar que a doença ainda é desconhecida em aspectos relevantes, como a imunidade desenvolvida pelos que já a contraíram. "Não está claro o quão forte é essa proteção nem quanto tempo dura".

Flexibilização, pressões econômicas e aumento de casos

As idas e vindas das cores estabelecidas para as regiões pelo Plano São Paulo, organizado pelo governo Doria para gerenciar a flexibilização da quarentena, são assustadoras. Os argumentos para fazer municípios como São Paulo e outros saltarem à fase amarela como num passe de mágica mostram com clareza que o que predomina na atuação de prefeitos e do governador não é a preocupação com vidas humanas, mas outra ordem de prioridade, dita pela política e pela pressão de agentes econômicos. A autorização de abertura do comércio não essencial deve se dar após redução consistente e duradoura de novos casos, parâmetro reconhecido pela Organização Mundial da Saúde como indicador de controle da pandemia. Evidentemente, não é o que temos no Brasil e em nosso estado até o momento.



NÃO PODEMOS ACEITAR TAL IMPOSIÇÃO, QUE NOS COLOCA PESSOAL E COLETIVAMENTE EM RISCO DE VIDA!!

SOMOS NÓS E NOSSOS FAMILIARES QUE SEREMOS AFETADOS POR ESTA DECISÃO DO CEETEPS!!

O Brasil se mantém em patamares altíssimos de contaminação e morte. No fechamento deste boletim, na manhã de 14/7/2020, o país apresenta o estarrecedor número de quase 73.000 mil mortes, com cerca de 1,9 milhão casos. No estado de São Paulo, ainda que a equipe de Doria se esforce para afirmar que a doença está em remissão, já são aproximadamente 18.000 óbitos e 375 mil pessoas infectadas.

Para Raquel Stucchi, integrante da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) e professora da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp, a ampliação da abertura do comércio, restaurantes, bares, academias e salões de beleza na capital paulista traz a probabilidade de haver um aumento do contágio por conta não só da exposição nos locais de trabalho, mas no transporte público. A infectologista explica que nem em São Paulo e nem em nenhum outro

lugar do país houve a diminuição significativa da transmissão da doença para a definição do retorno das atividades, como aconteceu na Europa.

“Nenhum país usou a conduta que o Brasil está tomando, que as cidades estão tomando, que é admitir ou já permitir uma flexibilização quando você ainda não chegou na descida da curva”, alerta a docente da Unicamp (*Brasil de Fato*, 9/7/2020).

O Sinteps entende que o planejamento do retorno, se fosse responsável, deveria incluir obrigatoriamente não apenas os protocolos burláveis, mas sim a existência de uma vacina de eficácia comprovada. Esta vacina não existe ainda e nos fazer retornar é nos colocar em risco desnecessário. Nós, os estudantes e todos os familiares envolvidos neste retorno.

A situação no Centro Paula Souza: O que defende o Sinteps

É preciso proteger as vidas de toda a comunidade escolar (alunos, servidores administrativos, docentes, funcionários terceirizados e suas respectivas famílias).

É preciso manter as aulas com a qualidade e comprometimento necessários que marcam a instituição.

É preciso garantir o emprego e as condições necessárias para que as docentes possam manter aulas de alto nível.

É preciso retornar às aulas presenciais somente quando houver condições sanitárias.

A respeito da necessidade de retorno das atividades laboratoriais, ainda considerando o agravante do Ceeteps retornar mais cedo

É notório que as aulas remotas causaram estranheza, dificuldade para acompanhar (tanto os docentes quanto os estudantes), gastos, adaptações e incertezas.

Iniciativas de doação de equipamentos e recuperação foram colocadas em prática por agremiações de alunos, DCE e comunidades escolares em todo o estado. Apenas recentemente a instituição proveu os chips com Internet pré-paga para os alunos que não tinham acesso, permitindo que eles também se adequassem à necessidade do isolamento.

Ainda não há cura ou vacina para a Covid19. Assim, a única reação possível tem sido manter as medidas higiênicas e o isolamento social para conter a pandemia. O próprio governador João Doria enfatizou que, graças ao isolamento, mais de 65 mil vidas puderam ser salvas, conforme projeções (*Isto É*, 12/6/2020).

Por certo, o ensino remoto está longe de ser o formato ideal de educação. Trata-se de uma adaptação, levando em consideração o bem mais precioso de todos, sejam servidores ou os estudantes e suas famílias: a vida.

Em entrevista concedida à página “*Cocada On*”, do DCE da FATEC, em 8/7/2020, a Diretora Superintendente afirma que os índices de participação dos alunos estão em 80% nas aulas remotas e isso seria muito positivo, em seu ponto de vista. Por que, então, expor toda a comunidade em retornar às aulas laboratoriais em um momento que os casos do estado de SP continuam altos?

O movimento observado pelas regionais de saúde mostra o aumento do número de casos e óbitos no interior, justamente em regiões com menor capacidade hospitalar.

Quem são os membros do grupo de risco?

Afinal, quem forma o grupo de risco de desenvolver doenças graves?

Segundo a Organização Mundial da Saúde: “Pessoas idosas e com condições de saúde pré-existent (como pressão alta, doenças cardíacas, doenças pulmonares, câncer ou diabetes) parecem desenvolver doenças graves com mais frequência do que as outras.”

Na entrevista citada acima, a Superintendente reconhece que as pessoas que pertencem ao grupo de risco formam um contingente razoável no Centro Paula Souza, estimado em 30%, mas em algumas unidades mais antigas até mesmo em 50%.

Estariam as unidades do Centro Paula Souza com condições de funcionar sem esse escopo de pessoas? Como está sendo feito o levantamento dos que se enquadram nesse grupo?

Os indicadores representados nas fases do Plano SP

O plano de retorno das aulas está alicerçado nas fases do Plano São Paulo, que se justifica em número de



óbitos, número de leitos disponíveis e número de internações de pacientes com Covid 19 (<https://www.saopaulo.sp.gov.br/planosp/>)

A flexibilização de atividades com maior contato social precede o retorno às aulas, como o setor de restaurantes, mas também entretenimentos e outras atividades não essenciais. Ainda não visualizamos com certeza os efeitos mais recentes da reabertura, sobretudo na região metropolitana de São Paulo.

Quando comparamos o mapa atualizado do Plano São Paulo (10/07) com a abrangência de casos, é nítida a incidência dos casos diagnosticados com a exposição procedente da abertura de mais setores.

Diante desse cenário, lembramos que o número de testes feitos pelo estado está muito aquém do total da população.

Ainda é importante lembrar que, embora o governador João Doria, em coletiva do dia 13/07, tenha afirmado que pela terceira semana seguida o estado tem notado uma diminuição pequena do número de mortes, a letalidade da doença é maior do que o índice nacional (4,8% frente a 3,9%). A estabilização do número de casos não vem acompanhada de uma queda maior como verificado em outros países. A “curva estabilizou” em um patamar altíssimo.

É nesse momento que vamos colocar em risco a vida de mais de 20 mil trabalhadores diretos e mais de 310 mil alunos (cerca de 230 mil nas ETECs e 81 mil nas FATECs)? Se considerarmos, por baixo, que cada uma destas pessoas convive numa família com três pessoas, o impacto direto é sobre mais de um milhão de vidas!

Como será viabilizado esse modelo híbrido de aulas?

Até que a totalidade das 28 regionais de saúde do estado estejam na fase 1 (verde) para retorno de 100% dos alunos e trabalhadores, o que ainda parece longe de ocorrer, como serão feitas as aulas presenciais e remotas? Se o docente estiver dando aula remota, como organizar o horário para que também haja aula aos alunos que estão na escola? E, inversamente, como garantir que os alunos que estão no ambiente virtual do Teams possam ter a aula com a mesma qualidade (e até mesmo como assistirão as aulas?) se o professor estiver na escola com outra parte da turma?

São questões fundantes para essa discussão básica. Receberão novamente pelas aulas ou terão retirados seu direito a ministrarem aulas atribuídas?

Vale ressaltar, também, que os docentes do Centro, por não terem jornada, pegam aulas em várias escolas/faculdades para compor a carga. Diante disso, o professor pode ser residente em município que está na fase 1 ou 2 e

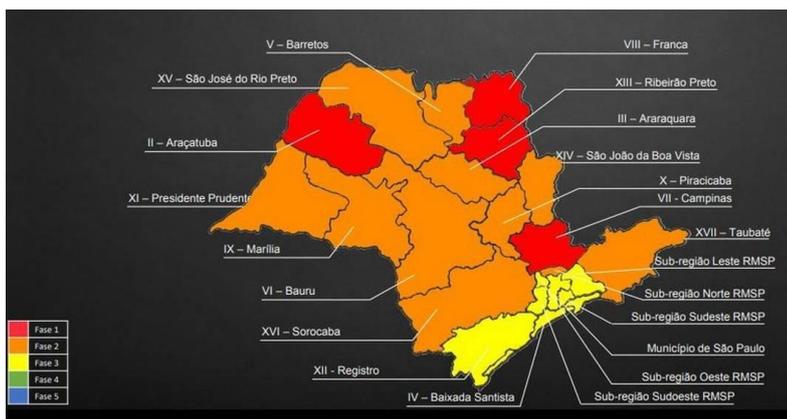


Figura 1 <https://www.saopaulo.sp.gov.br/planosp/>. Acesso em 13/07/2020

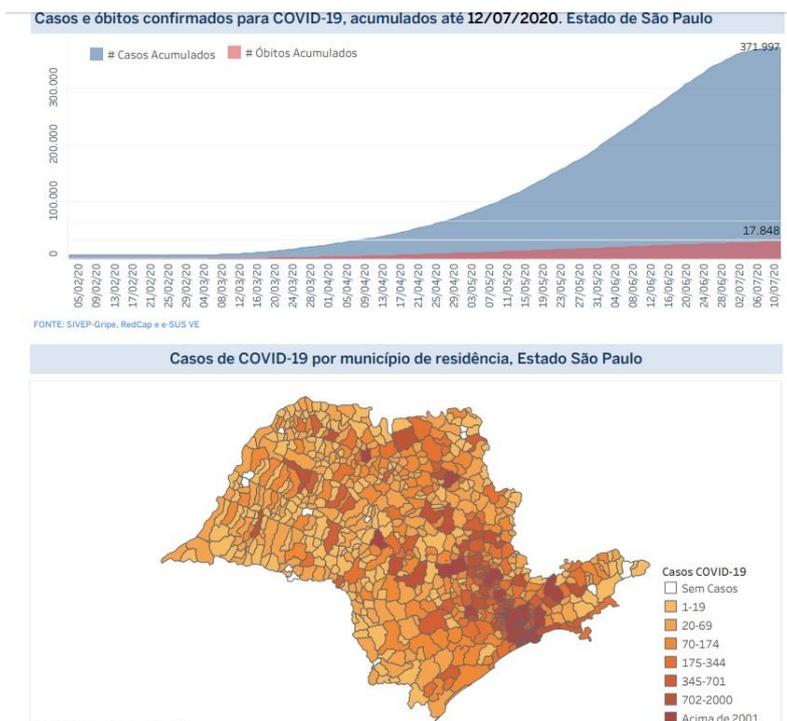


Figura 2 - Acesso em 13/07/2020



Figura 3 <https://www.seade.gov.br/coronavirus/>. Acesso em 13/07/2020

voltar a dar aula, se expondo e expondo a comunidade.

Reforçando, entendemos que o formato de aulas virtuais é uma adaptação. Conforme os diretores do Sinteps reafirmaram em reunião online com a Superintendência, no dia 4/6/2020, erros e acertos ainda estão a caminho, pois a transposição para esse modelo foi urgente, com muita preocupação e questões psicológicas surgindo. No entanto, expor novamente todos em um momento que a doença ainda não está controlada é um risco que não vemos a necessidade de ocorrer.



Sobre os protocolos sanitários e a realidade das unidades do Centro

Os protocolos sanitários para a setorial de educação nas etapas 1 e 2 do retorno das aulas estabelecem parâmetros segundo recomendações das autoridades científicas e médicas, em consonância com as práticas feitas em cada lar. No entanto, as escolas do Centro, pelo seu tamanho e movimentação diária de pessoas, não possuem o mesmo nível de controle e recursos necessários para abranger todos. Vamos recuperar algumas situações previstas como exigências no Plano São Paulo e como se verificam nas unidades:



“Cumprir o distanciamento de 1,5 metro durante a formação de filas. Aferir a temperatura das pessoas a cada entrada na instituição de ensino. Utilizar preferencialmente termômetro sem contato (Infravermelho). Em caso de aparelho digital, fazer a higienização antes e depois do uso.”

- É notório que faltam funcionários administrativos em muitas unidades. Há anos o Sindicato denuncia que a falta de funcionários compromete o funcionamento e a qualidade de trabalho nas unidades. Não são poucos os locais em que estagiários ou os poucos funcionários exercem diferentes funções. Como irão dar conta de todas as situações?

“Higienizar banheiros, lavatórios e vestiários antes da abertura, após o fechamento e, no mínimo, a cada três horas.”

- Por conta do corte de gastos, os contratos com as empresas prestadoras de serviços de limpeza foram reduzidos, infelizmente, colocando um número ainda menor de pessoas para limpar as unidades. Os contratos serão revistos e voltarão ao número menor? Ou irão precarizar ainda mais esses trabalhadores?
- Em muitas unidades, os sanitários possuem vasos quebrados ou que não funcionam. Os banheiros foram reformados nesse período?

“Fornecer alimentos e água potável de modo individualizado. Caso a água seja fornecida em galões, purificadores, bebedouros ou filtros de água, cada um deve ter seu próprio copo.”

- A água de bebedouros, nos parques públicos, foi lacrada. Nas escolas, ocorrerá o mesmo?
- Recomendável ou necessário que cada aluno traga seu copo? Quem controlará o acesso?



“Priorizar, sempre que possível, refeições empratas ao invés do autosserviço (self-service).”

- Novamente, os contratos com as empresas prestadoras de serviços, nesse caso os de alimentação escolar, foram suspensos. Se revistos, continuarão a servir no tradicional esquema self-service ou haverá aditivo de contrato?
- Na capital, os restaurantes foram proibidos de servir os clientes nesse formato. Somente os alunos então irão estar expostos assim?

Entidades representativas foram excluídas!

O plano de retorno da educação afirma que seus protocolos foram construídos em diálogos com os municípios, as universidades públicas e as instituições privadas. Causa-nos estranheza que os diferentes sindicatos e entidades de classe representantes dos trabalhadores estaduais não foram convidados para a discussão. Os mais de 1 milhão de profissionais da educação que, apesar das adversidades, diariamente contribuem para o desempenho das instituições públicas, não tiveram seus representantes sequer chamados para a discussão de uma proposta racional e segura.

Profissionais dos mais diversos segmentos e que estão na realidade das instituições não participaram.

O Sinteps lamenta profundamente a não inclusão das entidades dentro do planejamento do governador e cobra que isso ocorra, conforme nota conjunta assinada com outros sindicatos (https://www.sinteps.org.br/images/Nota_publica_-_Entidades_educacao_sobre_volta_as_aulas_-_22-6-2020.pdf)

O segundo motivo de estranheza foi a manifestação das universidades públicas (USP, Unesp e Unicamp) pelo não retorno das aulas presenciais no segundo semestre de 2020. Ora, se o plano é tão seguro, porque as universidades não retornam nesse período enquanto, na verdade, já estão se preparando para 2021?

As decisões dos conselhos e reitorias sinalizam para o que nós também desejamos: garantir as aulas e as vidas. Enquanto não houver reduções drásticas do número de casos e óbitos, colocar alunos e trabalhadores no meio do transporte público, aglomerações e salas de aula é um risco enorme.

O SINTEPS COBRA IMEDIATA REUNIÃO COM A SUPERINTENDÊNCIA DO CENTRO PAULA SOUZA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES PARA RETORNO SEGURO ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS!

As vítimas da flexibilização

A flexibilização prematura na capital paulista e em outros municípios já nos apresenta um cenário assustador. Na matéria 'Vítimas da flexibilização: relatos de quem contraiu Covid na volta ao trabalho em SP' (*Brasil de Fato*, 9/7/2020) há uma série de questões que precisam ser analisadas antes de qualquer pensamento em retomada. Os depoimentos das pessoas que foram obrigadas ao retorno são emocionantes e, ao mesmo tempo, preocupantes, pois todos nós corremos os mesmos riscos que estes trabalhadores denunciam. Veja alguns trechos da matéria:

"Eu me emociono de falar, porque a gente tomou tanto cuidado, tanto cuidado e a pessoa volta a trabalhar e na primeira semana pega Covid". O desabafo é de uma condutora escolar, sobre o marido, que permaneceu uma semana em uma unidade de tratamento intensiva (UTI) recebendo tratamento para a doença contraída no retorno ao trabalho, com a flexibilização da quarentena no estado de São Paulo. Metalúrgico, ele estava em isolamento social há três meses quando a empresa, uma montadora de veículos localizada na cidade de São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo, convocou os funcionários para a retomada das atividades, motivada pelo anúncio do governador João Doria (PSDB) de que a região estaria apta para a abertura dos serviços." (...)

(...) O trabalhador é um dos mais de 220 mil casos confirmados de infecção do novo coronavírus depois do início da flexibilização em São Paulo, estado com maior número de casos e óbitos do Brasil desde o começo da pandemia. A família diz que cumpriu à risca a quarentena, sem visitas a vizinhos ou familiares. As únicas saídas de casa eram idas planejadas ao mercado. O metalúrgico pondera que a empresa também adotou protocolos de prevenção, como o uso de máscaras, álcool em gel, e medição da temperatura nas entradas dos ônibus que fazem o traslado dos trabalhadores. Não foi suficiente para evitar que ele e outros colegas contraissem a doença.

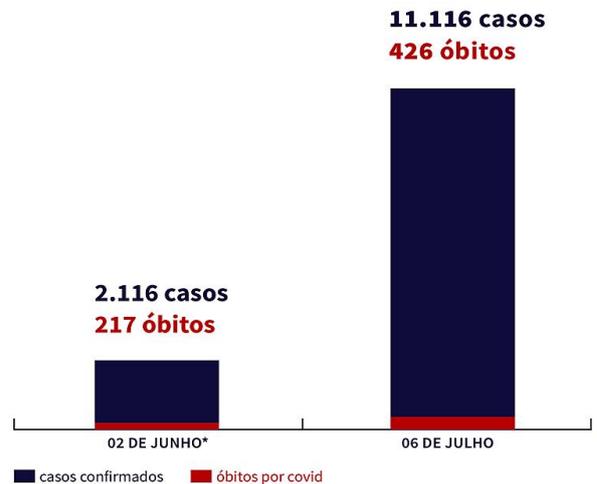
(...) Embora o governo paulista sustente uma narrativa de estabilização no número de casos e de óbitos para manter o plano de reabertura, na opinião de especialistas, a administração Doria não levou em consideração os critérios da Organização Mundial da Saúde (OMS). Isso, somado à negligência de empresas e gestores públicos, teria mantido a curva crescente de pessoas infectadas e de vítimas fatais. (...)

(...) Em Diadema, a prefeitura não só liberou os comércios como também ampliou o atendimento presencial das escolas municipais. Além do teletrabalho, as escolas foram obrigadas a oferecer um plantão em, pelo menos, um dia na semana. Foi aí que a diretora de uma escola da periferia do município, de 53 anos, acabou sendo infectada pelo novo coronavírus. Ela já ia algumas vezes à unidade para entrega de cesta básica às famílias das crianças. Mesmo com pouca procura pelos pais no plantão, acabou contraindo a doença três semanas após o início do trabalho presencial."

SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP

Vítimas da Flexibilização

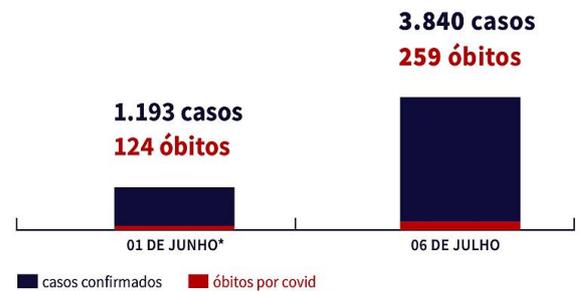
*segundo dia após a flexibilização da quarentena



DIADEMA - SP

Vítimas da Flexibilização

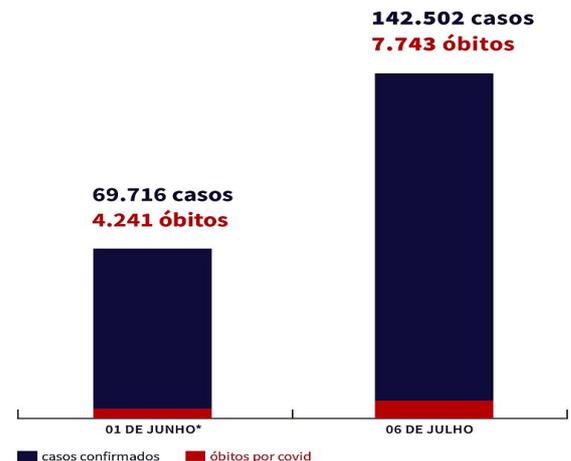
*primeiro dia após a flexibilização da quarentena



SÃO PAULO - SP

Vítimas da Flexibilização

*primeiro dia após a flexibilização da quarentena



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo